

## **A ECONOMIA E A POLÍTICA EM 1978**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 21.01.79

Durante o ano de 1978 ficou mais uma vez muito claro que a economia e a política estão profundamente entrelaçadas no Brasil. Em qualquer país capitalista isto é verdade, mas em um país como o Brasil, em que o Estado tem um papel decisivo no processo de acumulação capitalista e na divisão do excedente econômico entre as diversas classes este íntimo relacionamento entre a economia e a política é ainda mais verdadeiro. A crise política foi o fato dominante durante o ano, e seu reflexo se fez sentir no plano econômico através das greves. Por outro lado, a transição estrutural por que provavelmente está passando a economia brasileira nestes últimos tempos terão que ser viabilizada, no plano político, através de um novo pacto de poder, mais aberto as reivindicações populares e a uma maior distribuição de renda.

No plano político 1978 foi também um ano de transição, culminando com a revogação do Ato 5. A continuidade do mesmo esquema de poder através da escolha de novo presidente e de novos governadores nos quadros de um regime ainda autoritário, constituiu-se na grande frustração do ano. As eleições de 15 de novembro, com a vitória do MDB, confirmaram a ilegitimidade do sistema de poder vigente.

E no plano econômico como foi 1978? Para responder a esta pergunta geral os economistas, que normalmente representam os interesses das classes dominantes limitam-se a fazer mais duas questões. Querem saber: (1) se o Brasil como um todo ficou mais rico ou mais pobre durante o ano; e (2) se a situação financeira do país, medida em termos de inflação e endividamento, melhorou ou piorou. Se foram economistas estruturalistas, poderão fazer ainda uma terceira pergunta: (3) ocorreram durante o ano algum fato novo que implique em modificações na estrutura econômica, social e política do país? Estas três questões são importantes, mas é preciso não esquecer uma quarta, que

afinal é a mais importante de todas: (4) a situação econômica dos trabalhadores melhorou ou piorou neste ano de 1978?

O produto Interno Bruto deve ter crescido aproximadamente 6,3 por cento em 1978. Como a população cresce quase 3 por cento por ano, isto significa que a produção média dos brasileiros, a chamada renda per capita ou taxa geral de produtividade, deve ter crescido um pouco mais do que 2 por cento. O Brasil ficou, portanto, um pouco mais rico, ficando assim respondida a primeira pergunta. Os resultados poderiam ter sido melhores. Com os recursos que o país dispõe a produção poderia crescer cerca de 8 por cento e a produtividade, 5 por cento. De qualquer forma, dadas as dificuldades financeira que o país atravessa, 3 por cento de aumento da produtividade é muito razoável.

Embora os dados disponíveis, especialmente o volume de projetos aprovados pela CDI, indiquem uma retração dos investimentos, a indústria ainda cresceu 8,6 por cento, este crescimento é provavelmente fruto dos investimentos passados, de forma que não justificam otimismo.

É obvio que a economia brasileira encontra-se em uma fase de transição que poderá resultar em uma grave crise econômica se um novo pacote de inovações e investimentos não for empreendido, iniciando-se uma nova onda de acumulação. Mas é preciso também reconhecer que os resultados de 1978 confirmam a enorme vitalidade da economia brasileira. Como este era um ano eleitoral o Governo não tomou medidas monetárias restritivas de caráter drástico. Ainda que a produção agrícola, devido a problemas naturais, permanecesse estagnada durante o ano, graças ao desenvolvimento industrial a produção total por habitante ainda cresceu mais de 3 por cento.

Mas isto não quer dizer que a situação econômica dos trabalhadores melhorou 3 por cento. Isto depende da forma pela qual a renda adicional produzida foi distribuída. Se apenas aumentaram os lucros dos capitalistas e os ordenados dos técnicos e gerentes, deixando os salários estagnados em termos de poder aquisitivo, a situação dos trabalhadores não melhorou.

Era isto que vinha ocorrendo nos últimos anos no Brasil, mas em 1978 houve uma mudança. Ocorreu um fato econômico e político fundamental. Os trabalhadores melhor

organizados conseguiram, graças às greves que foram capazes de realizar, um aumento real (descontada a inflação) de 10 a 15 por cento. Isto significa que, apesar da inflação crescente, a situação econômica desses trabalhadores melhor organizados melhorou. Já para os trabalhadores não organizados, que não fizeram greves e receberam apenas o reajuste autorizado pelo Governo, de 42 ou 43 por cento, a situação ficou a mesma. Ainda que o Brasil tenha ficado mais rico, eles continuam tão pobres quanto antes.

A resposta a quarta pergunta, portanto, é a seguinte: melhorou a situação econômica de apenas uma parte dos trabalhadores: daqueles que souberam se organizar e reivindicar.

O Brasil ficou, portanto, um pouco mais rico e alguns trabalhadores um pouco melhor. Os resultados econômicos foram razoáveis. Mas do ponto de vista financeiro, assunto da segunda pergunta, a situação agravou-se: a) taxa de inflação superou 40 por cento; b) a dívida do Brasil aos outros países (dívida externa) chegou a 40 bilhões de dólares; c) a dívida do Governo para com os capitalistas (dívida interna) cresceu muito; d) a taxa de juros está muito elevada.

Estes quatro fatos ocorridos em 1978 definem a crise financeira do Brasil. inflação crescente significa aumento de custo de vida, mas significa também desorganização monetária, desequilíbrio financeiro decorrente do fato de que os mais ricos e os mais poderosos querem tomar para si uma parte maior de renda, aumentando seus preços mais e mais depressa do que os mais fracos. O aumento da dívida externa é uma obrigação, é um encargo que vai onerar nosso desenvolvimento futuro. O aumento da dívida interna é claro sinal de que o Governo não está sabendo mais nem controlar seus gastos nem aumentar suas receitas. Finalmente o aumento da taxa de juros, já tão alta no Brasil, significa prejuízo dos capitalistas que produzem e dos consumidores que compram a crédito em benefício dos capitalista inativos, dos rentistas que ganham sem produzir. O aumento da taxa de juros é conseqüência menos da política de restrição de crédito reiniciada pelas autoridades monetárias logo após as eleições, e mais da onda de especulação que novamente vem dominando o mercado financeiro do país.

Finalmente é preciso dar resposta à terceira pergunta. Há algumas indicações de que 1978 poderá ser o marco de uma nova modificação estrutural na economia brasileira. Como o

desenvolvimento baseado na indústria de bens de consumo de luxo e especialmente em automóveis esgotou-se aproximadamente em 1974, o desenvolvimento baseado no crescimento da indústria de máquinas (os chamados “bens de capital”) parece que também está se esgotando. E em 1978 o Governo começou, afinal, a falar que agora a nova estratégia de industrialização deverá ser baseada na produção de bens de consumo dos trabalhadores (os chamados “bens de salários” ou “bens de consumo de massa”). Os ricos já consomem demais. Mas só a procura, a compra de bens, pelos ricos não é mais suficiente. A indústria, para continuar a crescer, precisa contar também com a procura, com o consumo dos trabalhadores.

A solução do problema, entretanto, não está em dar incentivos, fornecer capital a juros subsidiados para as indústrias que produzem bens de salários, como foi feito anteriormente para a indústria automobilística e para a indústria de máquinas. Aquelas indústrias em geral não necessitam desse tipo de incentivo, ainda que certamente os acolhessem de bom grado. Essas empresas devem, inclusive, ter capacidade ociosa, máquinas paradas, fábricas mal utilizadas. O que é preciso é 1) aumentar os salários, de forma que os trabalhadores possam transformar suas necessidades em procura afetiva em consumo, e 2) aumentar os investimentos do Governo em serviços de utilidade pública (Metro, águas e esgotos) e na construção de escolas e habitações para os trabalhadores. Com isto aumentará a procura de trabalhadores, diminuirá o desemprego, e os salários aumentarão um pouco mais.

É óbvio que este tipo de mudança no plano econômico, de forma a viabilizar um novo padrão de acumulação, só será viável na medida em que o pacto político que hoje controla o Estado brasileiro sofra profundas alterações. A aliança de classes estabelecida em 1964 era profundamente restritiva. Esta aliança foi funcional em um dado momento histórico, para viabilizar uma acumulação capitalista selvagem, um forte processo de internacionalização da economia e um enorme crescimento dos ordenados e do poder dos tecnoburocratas. Mas neste último ano ficou muito claro que além de insustentável no plano político, este pacto restritivo não tem mais funcionalidade do plano econômico. Sua ampliação é essencial para a continuidade do próprio processo de acumulação no país.

Não é fácil, portanto, avaliar 1978. Foi um ano de transição no plano econômico e no plano político. As greves e a nova preocupação com a produção de bens de consumo dos trabalhadores, dado o esgotamento das possibilidades de crescimento industrial apenas na base de bens de consumo de luxo e máquinas, foram os fatos novos. Por outro lado, 1978, como o anterior, foi um ano de crise política, que terminou com a derrota do Governo nas eleições de 15 de novembro. Este é um fato político que teve causas em parte econômicas e não há dúvidas que terá consequências econômicas. As greves também foram um fato político com causas e consequências econômicas. A lição de 1978, portanto, é clara: a política e a economia estão cada vez mais misturadas. A participação política dos trabalhadores é cada vez mais importante inclusive no plano econômico.(21/01)